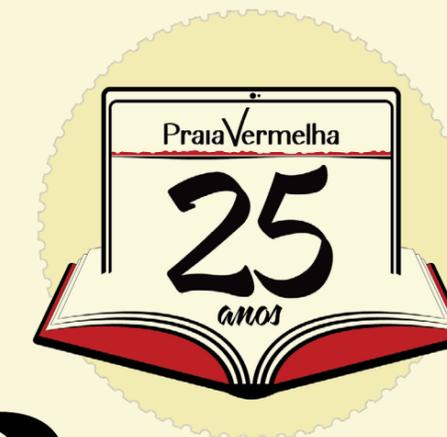


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Saúde da população negra em tempos de pandemia

v.32 n.2

Jul-Dez/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC v.32 n.2

Rachel Gouveia Passos UFRJ

Jadir Anunciação de Brito UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Bruno Kelly / Reuters (via outraspalavras.net)

Sumário

TEMAS LIVRES ARTIGOS 289 Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil

Antonio Carlos Oliveira & Thamires da Silva Ribeiro

314 Gênero, Feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos *Rita de Cássia Santos Freitas, Carla Cristina Lima de Almeida & Ana Lole*

332 Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes *Josimara Aparecida Delgado Baour, Márcia Santana Tavares & Caroline Ramos do Carmo*

 Você está aqui.

DOSSIÊ EDITORIAL 356 Saúde da população negra em tempos de pandemia

Rachel Gouveia Passos & Jadir Anunciação de Brito

DOSSIÊ ENTREVISTA 360 Roberta Gondim *por Rachel Gouveia Passos et alia*

DOSSIÊ ARTIGOS 378 Os Condenados da Covid: Entre velhas e novas iniquidades

Deivi Ferreira da Silva Matos, Daniel de Souza Campos & Ludmila Fontenele Cavalcanti

403 Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19 *Clara Barbosa de Oliveira Santos, Débora Cristina Lopes Santos & Marina Monteiro de Castro e Castro*

423 Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades *Paola Cordeiro Pessanha Campos et alia*

441 Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça *Cristiane Cordeiro da Silva Delfino*

465 População negra, prisão e pandemia: racismo como fator de risco à saúde *Giovanna Canêo & Adeildo Vila Nova Silva*

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA 491 Saúde da População Negra: aquilombamento necessário no Rio de Janeiro *Verônica Caé da Silva Moura et alia*

510 Estratégias coletivas de enfrentamento à Covid baseadas nas práticas tradicionais de cuidado *Luana Azevedo et alia*

521 Saúde e resistência nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense *Lucilene da Rosa Pereira*

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Feminismos
Interseccionalidade
Serviço Social
Representatividade

A partir de vivências como docentes, pesquisadoras e alunas, foi analisado como os feminismos e os estudos sobre gênero, classe, raça, entre outros, contribuem tanto para o processo formativo como o exercício profissional. As digressões explicitam tensionamentos que perpassam o processo formativo, cujos debates em sala de aula focalizam uma realidade na qual os alunos não se reconhecem. Por isso, buscam incitar os(as) leitores(as) a repensar o Serviço Social e a ameaça que parece pairar sobre o pacto para a construção de um projeto societário em defesa dos direitos humanos.

Josimara Aparecida Delgado Baour

Professora do Curso de Serviço Social (UFBA), doutora em Serviço Social (UFRJ).

josimaradelgado@gmail.com

Márcia Santana Tavares

Professora associada do curso de Serviço Social (UFBA), doutora em Ciências Sociais (UFBA).

marciatavares1@gmail.com

Caroline Ramos do Carmo

Assistente social, doutoranda do PPGNEIM-UFBA.

krolk.rc@gmail.com

Intersectional feminisms in Social Work

Based on our experiences as teachers, researchers and students, we analyze how feminisms and studies on gender, class, race, among others, contribute to both the training process and professional practice. Our digressions explain the tension that permeates the formative process, whose debates in the classroom focus on a reality in which the students do not recognize themselves. Therefore, they seek to incite readers to rethink Social Work and the threat that seems to hover over the pact for the construction of a corporate project in defense of human rights.

Feminisms
Social Work
Intersectionality
Representativeness





Introdução

Este texto nasceu das trocas intelectuais e afetivas entre três mulheres, com trajetórias distintas no tocante a várias questões, como raça e geração, mas que convergem em torno de alguns elementos, a seguir. O fato de sermos assistentes sociais formadas dentro de uma tradição teórico-política crítica e progressista, cuja leitura da realidade tem como referência a teoria social de Marx mais especialmente, sua leitura pela via da ortodoxia metodológica -, e, ainda, o fato de nos dedicarmos também a pensar o mundo sob as lentes dos debates de gênero, dos feminismos e dos lugares sociais ocupados pelas mulheres, lentes a partir das quais dialogamos com essa própria tradição intelectual.

Um dos pressupostos que motivaram esta escrita é de que a conversa entre o discurso hegemônico do Serviço Social e os debates sobre gênero, mulheres e feminismos não têm sido uma conversa muito fácil ao longo da história, e que só mais recentemente tem avançado, sobretudo no sentido de um diálogo fecundo com os feminismos marxista e materialista.

Se essa conversa é difícil, contudo, hoje ela é inadiável e deve avançar no sentido de pesquisar outros feminismos, como o comunitário, decolonial, feminismo negro, lésbico, feminismos do sul, no sentido de encontrar as mulheres reais que finalmente estão sendo visibilizadas pelos movimentos: mulheres negras, indígenas, periféricas, quilombolas, lésbicas e mulheres trans.

Propomos duas razões que justificam a importância desse diálogo. Em primeiro lugar, muitos dos debates e lutas feministas contemporâneos têm conseguido trazer para o campo progressista uma disposição nova e necessária que é a radicalização do discurso e da ação políticos. Dentre as tantas crises que vivemos, há, nesse “novo tempo do mundo”, uma crise das iniciativas progressistas (ARANTES, 2014), ao mesmo tempo em que cresce, mesmo nos ambientes de esquerda, uma certa conformidade com a gestão das desigualdades, em detrimento da radicalidade prática e discursiva.

Os movimentos das mulheres, tanto os intelectuais e políticos, quanto suas estratégias práticas e simbólicas para viver e sobreviver, nos ajudam a sair desse dilema temporal, ao nos apresentarem versões outras sobre o nosso passado histórico,

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





que não ganharam hegemonia no interior do debate crítico em geral, especialmente no Brasil. Referimo-nos a versões construídas com fundamento em lugares que foram atribuídos às mulheres pelos processos de modernização do capitalismo nesses contextos, lugares de opressão e violência, de invisibilidade, mas também lugares nos quais a vida é gerada, cuidada e reproduzida, ou seja, lugares essenciais. Os feminismos reinscrevem essas versões na história presente nos ajudando a compreender porque hoje, no século XXI, recrudescem a violência e a expropriação sobre as mulheres mais pobres da classe trabalhadora, desde as jovens às idosas, que veem seus corpos tragados pelo trabalho pesado, necessário, mas invisível, de cultivar, limpar, servir, cuidar (VERGÊS, 2020).

Então, ao reinscreverem no tempo presente a recuperação crítica da formação social capitalista como um modo de produzir a vida sob uma lógica patriarcal e racial de dominação, marcada por muitas formas de barbárie não nomeadas, os feminismos colocam na pauta o lugar central que as mulheres racializadas e periféricas têm hoje nas contradições do capitalismo neoliberal: são elas que reproduzem a vida em um contexto no qual as condições para essa reprodução são totalmente degradadas, são inteiramente submetidas ao princípio abstrato do valor e do mercado em sua versão contemporânea, o deletério capitalismo das finanças.

Repõe-se, então, no centro do debate, o próprio caráter destrutivo do patriarcado capitalista neoliberal e o questionamento acerca das saídas políticas e culturais que mesmo à esquerda reproduzem a forma androcêntrica de relação com a natureza, com a vida, com os afetos, com os corpos, com o tempo, ou seja, uma forma baseada numa razão que tem como fim controlar toda a heterogeneidade e eliminar o que não é idêntico, o que é dissonante ou negativo, em nome desse fim em si mesmo que é a produção do valor (BAREUTHER, 2014).

Em segundo lugar, mas em total relação com o que acabamos de afirmar, pensamos que seria importante um movimento do Serviço Social na direção dos diversos feminismos e das mulheres por eles representadas, pois isso nos ajudaria a compreender a própria categoria, em termos de sua composição social, escolhas políticas, mecanismos de formação, elementos que se têm alterado fortemente na realidade contemporânea. Em

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





nosso Estado, são predominantes, no contingente profissional, as mulheres negras, vindas de várias unidades de formação, com pluralidade de orientação sexual e vinculação religiosa, com diversos tipos de vínculo com o mundo do trabalho e com distintas formas de inserção política que não passam necessariamente pelos órgãos representativos da categoria, mas que são forjados em coletivos, movimentos feministas e antirracistas.

Para melhor compreensão das ideias que aqui defendemos, o texto está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, trazemos um tópico em que procuramos refletir sobre o caráter plural do feminismo e como ele se renova e reescreve sua trajetória, de modo a contemplar as demandas de mulheres de diferentes gerações e dialogar com o contexto sócio-histórico e político-econômico de cada época, lugar e cultura, ao mesmo tempo em que realçamos a reviravolta epistemológica provocada pelo feminismo interseccional ao desnudar elementos até então secundarizados ou mesmo menosprezados pelo feminismo, a exemplo de raça, classe e orientação sexual. Em seguida, discorremos sobre os desafios teóricos e prático-políticos postos ao Serviço Social na cena contemporânea, seja para incorporar ao processo formativo as questões levantadas pelos feminismos, seja para reconhecer como, e de que maneira, tanto a formação como o exercício profissional são afetados pelo fato de o Serviço Social ser um curso/profissão majoritariamente composto por mulheres negras, e fomentar esse debate em sala de aula, particularmente adotando uma literatura que se aproxime da realidade das alunas e na qual se reconheçam. Em resumo, propomos tramar a análise da realidade, impulsionada pelo método crítico dialético, mas, articulada às teorias feministas. Finalmente, compartilhamos inquietações derradeiras, com o intuito não de apresentar respostas prontas, ou mesmo defender uma pretensa verdade absoluta, mas, tão somente provocar o(a) leitor(a) a um transviamento e, assim, sair do confortável imobilismo a que estamos tão acostumados e nos oferece uma falsa segurança, ao mesmo tempo em que nos torna coniventes com a crescente tecnicidade que ameaça o caráter crítico e politizado que caracterizou a profissão nas últimas décadas.

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





Mulheres, gerações e seus feminismos

Mulheres de diferentes gerações, para se afirmarem como feministas ou militarem nos movimentos feministas, recorreram a subterfúgios e dissimulações em determinados momentos, ensaiaram rupturas e enfrentamentos em outros e, quando desmascaradas, sofreram ameaças, agressões e punições, só porque ousaram desafiar as convenções e papéis de gênero instituídos como inerentes à natureza feminina.

Nós mesmas, ao vasculharmos nossas memórias, vez por outra recuperamos situações em que fomos interpeladas sobre possíveis motivos que compeliram nossa aproximação aos feminismos, lembramos de certos olhares que esquadriavam nossa silhueta buscando vestígios que nos denunciassem como mulheres perigosas, demoníacas, pervertidas e imorais, ou seja, espelhassem uma imagem associada ao pecado que antagonizasse, portanto, com a imagem da mulher ideal, centrada na feminilidade frágil e virtude irrefutável.

Afinal, não faz tanto tempo assim, as mulheres foram às ruas exatamente para se rebelarem contra as amarras do patriarcado, responsáveis pelo aprisionamento de seus corpos e controle da sexualidade, mas também denunciarem a divisão sexual desigual de trabalho que reservava aos homens o espaço público e estabelecia como universo feminino o espaço privado, o que, por sua vez, reduzia as chances de acesso das mulheres à política e, do mesmo modo, erigia um cenário favorável para preservar a invisibilidade e trivialização da violência contra meninas e mulheres no âmbito doméstico e familiar, sob o argumento de que questões de foro íntimo não deveriam sofrer qualquer ingerência do Estado. Conforme destacam Silva e Camurça (2010, p. 19):

Na sua forma moderna, o feminismo constituiu-se como parte do campo político dos movimentos sociais de caráter democrático e popular. Surgiu na Revolução Francesa, na luta contra a monarquia e em defesa da república, consolidou-se nos anos 1960 em meio às lutas contestatórias do Maio de 68 na Europa e, na América Latina, atuou contra os regimes ditatoriais nos anos 1970, tendo lutado até os dias de hoje por direitos e pelo reconhecimento das mulheres como sujeito político. Hoje é forte a presença feminista nas lutas anti-neocoloniais e anti-neoliberais e nas lutas por um 'outro mundo', que estão expressas no Fórum Social Mundial.

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





De fato, Bandeira e Melo (2010) destacam que nos anos 1960 e 1970 o cenário social e político mostrava-se bastante favorável para que as mulheres ultrapassassem o espaço doméstico no qual até então se mantinham confinadas e, impactadas pela difusão do pensamento feminista e leitura de livros de Simone de Beauvoir (1910-1986) – *O Segundo Sexo* (1949) – e de Betty Friedman (1921-2006) – *A Mística Feminina* (1963), fossem às ruas para contestar sua objetificação e clamar as palavras de ordem que definiram a luta feminista nos anos 1970 – *Nosso Corpo nos Pertence* e *o Privado também é Político*, que denunciavam a opressão feminina e faziam uma crítica radical aos cânones do ser mulher. Essa forte mobilização resultou na realização da *Conferência Internacional sobre a Mulher*, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), evento que consagrou 1975 como o *Ano Internacional da Mulher* e serviu de parâmetro para a instituição da *Década da Mulher* (1975-1985).

Os eventos acima mencionados também repercutiram no Brasil e, desde meados dos anos 1970, as feministas se mobilizaram contra a dominação sexista, presente inclusive no interior dos grupos políticos. Suas bandeiras de luta envolviam desde o repúdio à violência sexual e supremacia masculina até o direito de exercitarem sua sexualidade com fins meramente recreativos, ou seja, as mulheres reivindicavam liberdade sexual e o direito ao prazer (BANDEIRA; MELO, 2010).

Também na década de 1970, um importante debate colocou-se de forma decisiva para o campo feminista, que é aquele da articulação entre patriarcado e capitalismo. De forma original, ganham espaço nesse debate as formulações do feminismo materialista francófono, questionando uma identidade que uniria todas as mulheres, com base na ideia de que os sexos não têm uma identidade biológica ou uma essência, mas formam classes sociais, a classe das mulheres, apropriada pela classe dos homens por meio de relações sociais concretas e históricas, como, por exemplo, as relações de sexagem, analisadas por Colette Guillaumin (FERREIRA et. al., 2014). São também representantes dessa perspectiva, que dá centralidade à questão das relações sociais, Christine Delphy, Nicole-Claude Mathieu, Paola Tabet e Monique Wittig e, mais tarde, autoras como Danièle Kergoat, Anne-Marie Devreux e Jules Falquet também reivindicam pertencimento a essa vertente (ABREU, 2018).

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





Na década seguinte, outras demandas se somaram às agendas feministas, a exemplo das questões específicas das mulheres negras e das lésbicas. De fato, o contexto dos anos 80 e 90, do século XX, foi muito importante para o feminismo, trazendo movimentos decisivos, cujas repercussões são fortemente retomadas no cenário atual. Uma das questões centrais naquele momento foi também a luta contra o essencialismo e o universalismo contidos em uma definição de mulher apoiada basicamente na condição da mulher branca, do capitalismo central e de classes privilegiadas. Algumas ferramentas teóricas e políticas tiveram papel importante nessa *desconstrução* do feminino, dentre elas, as abordagens pós-estruturalistas e a noção de interseccionalidade. O pós-estruturalismo aportou a esse debate várias contribuições relevantes, especialmente a crítica ao binarismo entre masculino e feminino que, como lembra Joan Scott (1999), suprime as diferenças internas a cada categoria, essencializando-as. Judith Butler (1998) problematiza o essencialismo binário e a noção de identidade, analisando esses temas no ambiente da ação política feminista.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado inicialmente por Kimberlé Crenshaw em 1989 (CRENSHAW, 2002) em um artigo acadêmico com um forte apelo prático e militante, pois mirava mudanças no campo do Direito no sentido de que esse passasse a considerar as múltiplas opressões que marcam a vida de certos grupos sociais. Talvez por essa característica prática, esse não foi um conceito que imediatamente se tornou central na academia, sendo desqualificado como de cunho ideológico e pouco científico. É importante marcar, sobre esse conceito, que embora sua criação tenha se dado na década de 1980, sua significação, em termos da realidade para o qual aponta, já havia sido evocada antes por feministas estadunidenses. Pensamos aqui em Sojourney Truth, já no século XIX, expondo em seu famoso discurso *Ain't I a Woman?*, “[...] o conceito de mulher como algo socialmente construído” (COLLINS, 2019, p. 52) ao apontar as diferenças entre a forma como a sociedade trata a afro-americana e o que era hegemonicamente aceito como “ser mulher”. Ou o *Manifesto do Combahee River Collective*, organização lésbica e feminista negra que, em 1977, afirma que a tarefa das mulheres negras é “[...] o desenvolvimento de uma análise e prática integradas, baseadas no fato de que os sistemas maiores de opressão se interligam” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2019,

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





p. 197). Também destacamos o importante trabalho de Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe* (2016), publicado em 1981 nos Estados Unidos, o qual “[...] chama a atenção, para a associação de classe, raça e gênero nos processos históricos da formação social e seus rebatimentos, para análises da sociedade capitalista” (MACHADO; COSTA, 2021, p. 349). Esse conjunto de autoras negras deixou um legado fundamental para o feminismo e o pensamento social, inscrevendo a questão da raça nas análises e, pois, questionando o racismo presente no feminismo vigente e na esquerda marxista, o que ainda hoje é uma crítica válida e necessária.

Com efeito, no Brasil, Carneiro (2003) denunciou que as questões das mulheres negras eram desconsideradas e incitou o movimento feminista a reformular seu discurso e práticas políticas. De forma incisiva, propôs o enegrecimento do feminismo, ou seja, a autora desafiou o feminismo a sair da sua zona de conforto e, ao abandonar a visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, descortinar a pluralidade de que é composto o universo feminino, nas diferenças e desigualdades que o conformam, a despeito da identidade biológica. Em suma, a autora forçou as feministas a enxergarem outras formas de opressão além do sexismo, a exemplo do racismo, que não mais podiam ser ignoradas pelo movimento e deveriam ser incluídas nas pautas das agendas feministas¹.

Na mesma linha de pensamento, Ribeiro (2018) reforça que a pauta feminista, ao ignorar os problemas das mulheres negras, até a década de 1980, as impossibilitou de procurarem saídas emancipatórias, pois lhes negou a condição de sujeito político. Em outras palavras, a autora argumenta que o discurso das mulheres brancas, ao se manter dominante por tanto tempo, impingiu um silêncio epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista, somente rompido pelo feminismo negro ao lançar mão da interseccionalidade e demonstrar que não há primazia de uma opressão sobre outra, isto é, o feminismo interseccional defende a indissociabilidade entre as categorias de raça, classe e gênero para desvendamento das opressões experienciadas pelas mulheres na vida social.

Outra pauta importante da agenda feminista desde meados dos anos 1970 foi o combate à violência contra as mulheres, que obteve amplo espaço na mídia, particularmente impulsionado

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





pelo assassinato de mulheres perpetrado por maridos e companheiros. A intensa mobilização do movimento de mulheres e feministas, através da realização de denúncias e campanhas, encontros, seminários e congressos de mulheres provocou a intensificação do debate na sociedade e, por conseguinte, impulsionou um processo de politização da violência doméstica e familiar, ao mesmo tempo em que expunha a impunidade e omissão do Estado, pois os autores de violência se resguardavam de qualquer punição mais severa amparados no argumento da “legítima defesa da honra”.

Alvarez e colaboradoras (2003) são categóricas ao afirmarem que é ingenuidade supor que as desigualdades de raça e classe possam ser resolvidas com a mera *inclusão* de mulheres da classe trabalhadora e não brancas nos *ranks* do feminismo. Por isso, o movimento continua a combater a forma com que os privilégios de classe, raça e de orientação sexual hétero estabelecem as relações de poder entre as mulheres tanto na sociedade como no interior do próprio feminismo.

De acordo com Soares (1998), nos anos 1990 identifica-se uma maior capilaridade do discurso feminista, que não só esteve presente em diferentes espaços e lugares, como teve seu ideário incorporado por um número expressivo de mulheres, de distintas classes sociais, crenças, etnias, orientações sexuais e trajetórias políticas, cujas interpretações amoldaram conforme suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares, o que compôs feminismos diversos – um *mosaico de diversidade*, como prefere nomear Sônia Alvarez (1988). Nos anos 1990 também foram introduzidas novas pautas na agenda feminista: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, *a posteriori*, sua inclusão nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, estratégias de superação para a participação inexpressiva das mulheres nesses ambientes. Assim sendo, endossa Gurgel (2014, p. 68):

A articulação entre o projeto comum e a representatividade coletiva é um grande desafio para movimentos sociais com composição heterogênea, como o feminismo, que conta em seu interior com sujeitos com diversas experiências de opressões, a saber: mulheres negras, lésbicas, bissexuais, jovens, indígenas, imigrantes, entre outras.

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





A autora problematiza dois elementos importantes para o feminismo quanto à representatividade que vale a pena destacar: ao mesmo tempo que é necessário o reconhecimento da sua diversidade, é preciso atentar para a construção de uma unidade diversa identitária, que conforma o caráter plural e heterogêneo do feminismo, ou melhor, dos feminismos. Continuando, Gurgel (2014) reforça que esse reconhecimento imprime ao feminismo um movimento dialético que molda uma unidade para sua constituição como sujeito político, qual seja, tanto há o reconhecimento da diversidade como a formação de uma unidade diversa que expressa a conexão das experiências particulares inclusa na identidade coletiva, conformando, assim, um coletivo total. Em suma, a unidade é formada pelo diverso que compõe um amálgama, depositário do coletivo total.

De fato, o reconhecimento não é algo fácil de ser conquistado no movimento, se tomarmos como exemplo a questão geracional; ao longo dos encontros realizados nos anos 1990, houve uma queixa de jovens manifestantes que ingressaram no movimento na mesma década, pois, ao mesmo tempo em que reconheciam as conquistas alcançadas devido à luta das gerações que as antecederam, não deixavam de questionar a pouca visibilidade que lhes era conferida, bem como a inexistência de outros espaços do movimento em que pudessem se manifestar e se sentir acolhidas, e a inexistência de estratégias para atrair novas ativistas (ALVAREZ *et. al*, 2003).

Desde o início dos anos 2000, e especialmente nos últimos anos, aquele *mosaico de diversidade* pareceu tomar conta dos feminismos e do mundo público com múltiplas reivindicações e eixos de questionamento acerca das opressões e dos sistemas institucionalizados de poder. Apesar de cumprir um papel importante na pluralização do debate social e acadêmico, na visualização de opressões e formas de exploração e na luta por direitos, o caminho tomado pela multiplicidade de lutas e bandeiras, como não poderia deixar de ser, tem sido fortemente disputado na correlação de forças entre os extratos mais conservadores e os mais progressistas da política. Essa passa a ser uma disputa essencial uma vez que todo o legado das lutas feministas e outras lutas sociais contribuiu para avanços políticos e importantes debates epistemológicos que precisam ser desenvolvidos e ampliados, ao contrário de retrocedidos. Apesar disso, a crise profunda do capitalismo e sua saída financeirizada e neoliberal trazem um novo quadro para as práticas e debates em torno da diversidade e da representatividade na política. A racionalidade

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) passou a impor, a todas as esferas da vida, a hipertrofia do mercado e a lógica econômica que apontam ferozmente para a destruição de qualquer empecilho à acumulação de capital, especialmente os direitos sociais e o trabalho protegido, bem como a dimensão pública da vida e a democracia. Assim, a vida em sociedade passou a ter a forma da empresa e o indivíduo a autorrepresentar-se como empreendedor de sua própria existência e carreira, movimento que apaga as causas estruturais das desigualdades. Nancy Fraser (FRASER, 2016) e Angela Davis (DAVIS, 2016) já haviam alertado para os desafios dos feminismos nesses tempos, no sentido de que as lutas diversificadas e múltiplas, feitas em nome das várias identidades e opressões pudessem resvalar, pelas artimanhas do neoliberalismo, em produtos para o mercado, em nichos de disputa por inclusão que poderiam, inclusive, recriar sempre novas formas de excluir e oprimir, caso não focassem nas raízes mais profundas da desigualdade.

Essa é também a preocupação de Sirma Bilge em relação ao destino específico da interseccionalidade no contexto neoliberal. Para ela, o neoliberalismo possibilita a despolíticação, desarticulação, diluição, disciplinamento, colonização e mercantilização da interseccionalidade, “[...] enquanto uma lente analítica e ferramenta política para promover uma agenda radical de justiça social” (BILGE, 2018, p. 3). Segundo a autora, a interseccionalidade despolitizada pelo neoliberalismo pode transformar o potencial radical das políticas de identidade em uma ferramenta da governabilidade neoliberal, como também ser manipulada por grupos dominantes e assim, sequer favorecer os setores oprimidos e explorados. Contudo, é importante salientar que, para Bilge (2018, p. 3), “[...]no cenário político atual, a necessidade de umas práxis interseccionais radicais pode ser mais urgente do que nunca. A consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas não opressivas”. A essa postura nos filiamos para pensar alguns dilemas atuais do feminismo, bem como seus rebatimentos no universo do Serviço Social.

A representatividade é, sem dúvida, uma das questões importantes para os feminismos contemporâneos, a despeito da adoção de novas linguagens, do uso da tecnologia como instrumento para tecer uma maior aproximação com mulheres de diferentes idades e gerações. Então, não podemos deixar de fazer determinadas conjecturas: O que ainda gera desconforto e impede grande parte das docentes do curso de Serviço Social de se aproximarem dos estudos de gênero, feministas

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo



e étnico-raciais? O que as impossibilita de conhecerem os feminismos contemporâneos, negro, decoloniais e anticapitalistas, cujas bandeiras de luta parecem convergir com muitas daquelas defendidas pelo próprio Serviço Social? Certamente há algo de muito errado quando uma aluna, timidamente, confessa sua insegurança em se autodeclarar como feminista radical, outra sente dificuldade de assumir uma postura tida como mais conservadora e verbalizar sua não identificação com os feminismos ou, ainda, quando outra, de forma mais incisiva, afirma não se reconhecer nas discussões teóricas e/ou exemplos práticos dados pelas docentes em sala de aula, os quais, seguramente, falam de uma realidade que não é a sua nem tampouco a da maioria dos seus colegas. É sobre isso que pretendemos discutir no próximo tópico.

Formação em Serviço Social e representatividade de discentes negras: desafios teóricos e prático-políticos

Uma das experiências mais significativas em nossa atuação como docentes na área do Serviço Social tem sido, sobretudo na última década, uma afirmação por parte das discentes, de uma posição marcada por sua condição de mulheres negras e periféricas e com base na qual lançam uma crítica contundente à formação em Serviço Social. Essa crítica apresenta-se sob várias formas, mas sobretudo na interpelação por uma formação, incluindo aí a literatura profissional e as práticas acadêmicas, que pudesse representá-las e à sua realidade.

Tal questionamento, vivenciado em nossa experiência particular, tem, certamente, atravessado o universo da formação em Serviço Social no Brasil, gerando múltiplas respostas. Uma delas, a resposta dada pela via institucional, como o acréscimo, ainda tímido, de disciplinas que contemplem debates sobre gênero e raça nos currículos, campanhas de sensibilização e conscientização promovidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em torno da desigualdade social, negação de direitos, contra o racismo e a homolesbotransfobia entre outras.

O que trazemos para o debate, contudo, é fruto de uma escuta crítica e profunda da interpelação das discentes, a qual serviu de alicerce para nos deslocarmos na direção da experiência social e histórica posta pelas estudantes, principalmente em sua relação com a universidade. Dito de outra forma, aceitamos o desafio teórico e político de buscarmos referências que nos permitissem compreender o universo das estudantes desde dentro, ou seja, com base na gramática por elas

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo



utilizada, fortemente marcada pela questão da representatividade. Com essa compreensão, fomos percebendo que o exercício continha um importante componente ético que era justamente o de oferecer escuta às nossas estudantes e, com isso, refletimos sobre os próprios limites da experiência formativa de nossa geração, que muito pouco nos apresentou autores negros e autoras negras, mesmo marxistas, ou da América Latina, ainda que integrassem a tradição revolucionária; ou sequer as mulheres socialistas e as feministas marxistas. Mais tarde, aprendemos com Bell Hooks que estávamos fazendo um ato de *mútuo reconhecimento* (HOOKS, 2013, p. 247), ou seja, estávamos reconhecendo nossas estudantes como sujeitas de conhecimento e de potência política e não apenas sendo reconhecidas nesse lugar.

Pensamos que essa é uma prática pedagógica feminista que precisa ser trazida para o debate sobre a luta contra as opressões, sobretudo aqueles presentes nas formas hegemônicas de construir e transmitir saberes. Foi, então, nesse caminho prático-teórico que nos aproximamos do feminismo negro e decolonial, o que nos ajudou a compreender, com mais radicalidade crítica, tanto as trajetórias singulares de nossas estudantes, quanto a constituição histórica das relações sociais brasileiras em sua inserção dependente no capitalismo mundial. Em nossa condição de diáspora africana e genocídio de povos negros e indígenas, as ferramentas do feminismo negro e decolonial têm sido importantes para superar as construções coloniais, sobretudo presentes na universidade brasileira enquanto universidade ocidentalizada (GROSFOGUEL, 2016). Esse feminismo nos auxilia a combater o epistemicídio que Sueli Carneiro (2020) descreve como sendo o conjunto de estratégias que invisibilizam, mascaram ou abalam o conjunto de capacidades (sociais, políticas, teóricas e ideológicas) da população negra e de outros povos latinos e de diáspora africana. Para ela é importante rever as *lentes* que analisam os diversos aspectos presentes na sociedade, para que as questões sejam em si evidenciadas e contraponham esse apagamento.

Ao revermos *nossas lentes*, pudemos então, a um só tempo, reconfigurar nossa apreensão acerca das estudantes, bem como seu apelo por uma formação que as representasse. Compreendemos que, na demanda por uma formação representativa de sua condição, havia uma importante sinalização de que o debate profissional não estava analisando essa condição mesma, a qual, ao longo das décadas, passou a ser predominante no contingente profissional no Brasil: a assistente social trabalhadora, negra, periférica. Não nos parece um

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





dato secundário para a formação profissional em Serviço Social que as mulheres negras sejam as maiores vítimas de estupro, as maiores vítimas de feminicídios, as que possuem as menores remunerações e os postos de trabalhos menos valorizados, as que estão em maioria nas áreas do cuidado doméstico, cujo trabalho não é reconhecido e nem remunerado, as que estão fora dos espaços decisórios políticos e de poder, as principais beneficiárias do Bolsa Família, o público predominante do ensino a distância e formas mais precarizadas de educação. Isso, não apenas porque a mulher negra no capitalismo em crise é alvo dessas formas brutais de exploração e expropriação, apresentando condições muito precarizadas de vida - uma das faces mais dramáticas da questão social -, mas também porque dessa condição emerge, não de forma dada e essencializada, mas socialmente construída, uma determinada vivência do capitalismo que pode redundar em formas de conhecimento e ação radicalmente críticos a esse sistema. Como nos explica Patrícia Hill Collins, acerca da teoria social e as “experiências vividas das mulheres.”

Teorias sociais produzidas por mulheres oriundas de grupos diversos não costumam surgir da atmosfera etérea de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião (COLLINS, 2019, p. 42).

Nesse sentido, pensamos que a voz das estudantes, pleiteando uma formação capaz de representá-las, coloca-nos de frente com os dilemas da política contemporânea, expressos também nos movimentos atuais do feminismo, como mostramos anteriormente: dilemas da relação entre diversidade, unidade e identidade/representatividade. E como uma profissão histórica inserida no capitalismo mundializado, este também é um debate para o Serviço Social. Podemos pensar, como Patrícia Hill Collins no texto citado acima, que a requisição das estudantes reflete opressões verdadeiras, vividas, nesse caso, no âmbito formativo.

A academia, na realidade brasileira, constituiu-se historicamente como um espaço eurocêntrico, ocupado por uma elite intelectual branca, masculina e heterossexual, traços que são reproduzidos mesmo no âmbito do Serviço Social, uma profissão que, pelo menos desde os anos 70 do século XX, assume um projeto político de crítica às desigualdades e que é composta eminentemente por mulheres. Parece-nos, contudo, que a direção teórico-política tornada hegemônica no interior da

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





categoria secundarizou os aspectos relativos ao gênero e à raça, tanto para a discussão da questão social, quanto para pensarmos as próprias contradições da universidade, bem como a formação dos quadros sociais que constituem a categoria no Brasil, quadro marcado pela presença massiva de mulheres e, em alguns contextos, mulheres negras, predominantemente.

De imediato, cabe dizer que esses questionamentos não visam a construir uma problematização que desconsidere a importância desse projeto político na história do Serviço Social. Sem dúvida, tal projeto é uma conquista histórica e traz bases fundamentais para orientar a categoria de forma crítica frente aos desafios do passado e do presente; contudo, como todo projeto profissional, ele reflete escolhas e disputas de uma categoria em torno da direção teórico-política da profissão, havendo, pois, tensões em seu interior, e a constante necessidade de sua reformulação crítico-dialética diante dos desafios históricos. Assim, cabe revisitarmos a história profissional e os consensos teórico-políticos feitos pela profissão, questionando, por exemplo, se as secundarizações e privilegiamentos de enfoques no debate profissional podem ser relacionados aos contextos regionais e institucionais nos quais os consensos foram sendo produzidos, vale dizer, predominantemente no eixo Sudeste-Sul do Brasil e no interior das classes médias intelectualizadas, predominantemente brancas. Caberia também perguntar se tais consensos não estariam marcados pela tradicional justificativa usada pelo marxismo no Brasil para “[...] mistificar, escapar ou escamotear as relações raciais no Brasil [...]”, a de que elas “[...] promoveriam divisões perigosas” (FARIAS, 2021, p. 336).

Sabemos que o processo de renovação profissional (NETTO, 1991) implicou na politização da categoria e a busca de novas bases teóricas, com uma afirmação da direção social dada pelo marxismo. Esse referencial, com início nos anos 1980 e avançando nos anos 1990, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país, fornecendo bases para a construção coletiva de um novo projeto profissional, marcado pela afirmação acadêmica e política do Serviço Social como profissão ligada à defesa de direitos sociais. No processo de ruptura e de afirmação de uma perspectiva crítica, a própria base de recrutamento se alterou. Sobretudo na passagem entre as décadas de 1980 e 1990, a categoria passou a ser composta por mulheres de classe média, que passaram a atuar, de forma massiva, no conjunto das políticas de Seguridade Social, como funcionárias públicas. Nessa constituição do perfil profissional, destaca-se uma formação feita, em

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





grande medida, pelas universidades públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Mais recentemente, como parte de um processo mais amplo de transformações no mundo do trabalho, assiste-se a uma tendência de proletarização dos serviços, bem como de tecnificação de profissões interventivas de nível superior, como o Serviço Social.

Um dos desafios postos para as novas gerações profissionais no tocante à continuidade e efetividade do nosso projeto ético-político-profissional é o fato de que essas mulheres enfrentam uma das tendências do mercado de trabalho presentes no universo das ditas profissões femininas, qual seja, a predominância dos postos de trabalho precarizados, dentro da nova divisão internacional do trabalho (HIRATA, 2009). A extrema precariedade do vínculo empregatício ou a ausência dele é, atualmente, condição de trabalho posta para muitas assistentes sociais no Brasil. A predominância do vínculo de docente horista, os baixos salários, a instabilidade na carreira, a inserção concomitante em diversos campos sócio-ocupacionais, a ausência do processo de educação permanente e as várias dificuldades/impossibilidades para investimentos no avanço teórico-político são exemplos empíricos percebidos em nossa realidade. Observa-se também um novo perfil de mulheres compondo o contingente profissional: mulheres oriundas da classe trabalhadora, marcadas pelo recorte étnico-racial, sendo, pois, mulheres negras.

O acesso à educação superior, especialmente para as mulheres negras, tem significado a possibilidade de projetar trajetórias ocupacionais distintas das tradicionais ocupações oferecidas a esse grupo populacional no Brasil, muito voltadas para o trabalho doméstico; contudo, essa possibilidade de, digamos, ascensão social, conferida pela educação deve ser relativizada, uma vez que a ampliação do acesso à universidade não tem garantido, por exemplo, a permanência das(os) estudantes na universidade ou o acesso a melhores postos de trabalho. O trabalho de Cibele Henriques (2016) traz outro elemento importante para pensarmos esse quadro de questões. Usando dados do INEP de 2013, a autora mostra que as mulheres são maioria dentre o total de estudantes que se matriculam em cursos a distância, o que a autora associa à falta de proteção pública às mulheres em seu enfrentamento de duplas e triplas jornadas que envolvem trabalho, estudo e família (HENRIQUES, 2016).

Não temos a pretensão de desenvolver essas complexas questões no âmbito deste artigo, mas apenas sugerir pistas que podem ser exploradas no debate coletivo da categoria, bem como fundamentar nossa ideia mais central, que é a defesa da existência de bases

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





concretas para a percepção das estudantes sobre o fato de que a formação profissional não consegue traduzir sua realidade. Estamos afirmando que essa interpelação das alunas não é uma demanda pelo reconhecimento de uma identidade essencial que só se sente representada em um grupo fechado, composto por iguais. Ao contrário, analisamos que as estudantes nos alertam para processos concretos de opressão e exploração que estão no centro das contradições do capitalismo contemporâneo: o genocídio, a expropriação e a exploração da população negra, cada vez mais empurrada para as condições mais degradadas de vida, e ainda muito invisibilizada nos espaços de poder e na academia. A reivindicação por representatividade comporta, a nosso ver, um uso da identidade como ferramenta cultural e política contra processos concretos de apagamento das questões étnico-raciais sob o mito da democracia racial. Questões étnico-raciais que, entre nós, envolvem séculos de escravização sem reparação e, hoje, um novo genocídio da população negra.

No âmbito profissional, tais processos societários se expressam nas mudanças que ocorreram no perfil das assistentes sociais, as grandes transformações nos mecanismos de formação, não somente acadêmica, mas política, uma vez que as assistentes sociais estão presentes, como sujeitos políticos, em múltiplos espaços de participação, como o movimento feminista, o movimento negro etc. A própria configuração da questão social passou a apresentar novas e múltiplas expressões, muitas das quais relacionadas a questões de gênero e raciais. Ou seja, ao não falar sobre gênero e raça, o debate profissional não falou sobre a própria categoria, e, desse modo, não acompanhou importantes determinações que constituem a realidade profissional ontem e hoje. O debate hegemônico da categoria contou a história por uma única via (ADICHIE, 2019).

Voltando ao tema que nos motivou para esse debate, a interpelação das estudantes negras por mais representatividade, sabemos que este é, de fato, um debate complexo atualmente. Como nos alerta Rosane Borges, a representatividade que as pessoas negras estão adquirindo na cultura contemporânea, muito marcada pela visualidade, ou seja, por uma representação imagética, ainda não altera o imaginário social, bem como pode se transformar em lucro para o capitalismo patriarcal e racista (BORGES, 2018). Ou seja, a maior presença dos negros e negras no espaço público e mídia, a despeito de ser importante, é um processo cujas consequências precisam ser construídas na disputa com as forças conservadoras para que se reverta numa mudança concreta

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





nas formas de exercício do poder na sociedade e em suas estruturas mais profundas, o que é um processo contraditório. Por outro lado, pensamos que cabe neste debate, o incômodo e a desconfiança registrados por Bell Hooks (2013) quanto às críticas feitas por alguns autores, acerca dos problemas advindos da política de identidade, baseada em fronteiras muito rígidas como as que estabelecem que só mulheres negras podem falar de mulheres negras. Sobre isso, Hooks argumenta que também ela é crítica ao essencialismo e à política de identidade que reforçam estratégias de exclusão e dominação. Contudo, ela desconfia da relação que Fuss e Said fazem entre o uso danoso das políticas de identidade e os grupos marginalizados, deixando de lado “[...] as maneiras ocultas e ostensivas com que o essencialismo é expressado a partir de posições de privilégio” (HOOKS, 2013, p. 111). Vale a leitura de mais um trecho de Hooks:

Minha desconfiança se baseia na percepção de que uma crítica do essencialismo que desafie somente os grupos marginalizados a questionar seu uso da política de identidade [...] deixa incontroversas as práticas críticas de outros grupos que empregam as mesmas estratégias de diferentes maneiras e cujo comportamento excludente pode ser firmemente amparado por estruturas de dominação institucionalizadas que não o criticam nem o restringem. Ao mesmo tempo, não quero que as críticas à política de identidade possam se transformar num método novo, e chique, para silenciar os alunos de grupos marginais (HOOKS, 2013, p. 112).

No campo mais prático, em nosso caso, a sala de aula, ainda que tenhamos a confirmação de que as opressões existem, concretizar essa compreensão e investir em ações que combatam as mesmas, é um caminho mais difícil. Desde que se tornaram mais explícitas as opressões que são reproduzidas no espaço acadêmico, inclusive no âmbito do Serviço Social, o que se deu pela movimentação organizada e cotidiana das estudantes, a sala de aula passou a ser um espaço com mais conflitos e deslocamentos de poder. Como, mais uma vez, aponta Bell Hooks, esse processo pode levar ao reconhecimento dos limites da própria formação dos docentes e, por conseguinte, a percepção de uma perda de autoridade que, se somada a uma resistência à mudança, também não rara entre nós, pode resvalar em um retrocesso das experiências democráticas na universidade. Como bem coloca Hooks, trata-se do “[...] medo de que qualquer descentralização das civilizações ocidentais, do cânone do homem branco, seja na verdade um ato de genocídio cultural” (HOOKS, 2013, p. 49).

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





É nesse sentido que tem sido fundamental para nosso exercício como docentes e para nossas reflexões teóricas, a leitura de intelectuais brasileiras, latino-americanas, estadunidenses e afro-diaspóricas, que compõem o *corpus* intelectual do feminismo negro e decolonial, para as quais nossos estudos e narrativas devem ser um locus privilegiado da crítica, da militância e do afeto. Isso implica afirmar que as defesas éticas e políticas do Serviço Social devem fortalecer denúncias de processos históricos de exclusão e subalternidade que até hoje são reforçados inclusive em nossas práticas acadêmicas, ainda tão carregadas de traços coloniais, como afirma a assistente social colombiana Ochy Curiel (CURIEL, 2011). A análise da realidade, impulsionada pelo método crítico dialético, articulada às teorias feministas, pode auxiliar numa apreensão mais concreta dos traços de opressão presentes na complexa realidade brasileira e na própria profissão. E do mesmo modo, são uma ferramenta para desmantelarmos a reprodução da vexatória cultura colonial e eurocêntrica no Brasil, já discutida por Aníbal Quijano (QUIJANO, 2000) ao pensar a reprodução da colonialidade no território latino-americano a qual reforça formas de poder e saber racistas e patriarcais sob a tutela da cientificidade e do rigor.

Inquietações Derradeiras

O Serviço Social é um curso reconhecido pelo viés crítico e reflexivo, cuja ruptura com o conservadorismo se consubstancia no Projeto Ético Político e seu pacto com um projeto societário antagônico a toda forma de discriminação, opressão, exploração e injustiça social. Um projeto, portanto, que abraça de forma obstinada a defesa dos direitos humanos. Há de se observar, entretanto, que a ameaça da retomada do conservadorismo permanece presente e, na cena contemporânea, são muitos os sinais que denunciam, no processo formativo, particularmente em faculdades EAD e da rede privada, tentativas de imprimir à profissão mais tecnicidade e menos criticidade, mais conciliação e menos combate, no tocante à redução das desigualdades e perversas expressões da questão social que tornam a população cada vez mais vulnerável às armadilhas do capital e crescente uberização do trabalho.

Não podemos mais ignorar que o Serviço Social é um espaço gendrado, racializado e que o perfil, tanto do corpo docente como

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo





do alunado, já não é o mesmo, o que indica a necessidade de lançarmos um olhar mais arguto e incisivo sobre a realidade social, de modo a desvendarmos a questão social em suas diferentes expressões, e mais, a interface entre elas e como repercutem na trajetória de vida dos sujeitos.

Neste texto não tivemos a intenção de definir caminhos, parâmetros para a atuação das(os) docentes dos cursos de Serviço Social, tampouco determinar que temáticas como gênero, raça, classe, sexualidade e geração devam perpassar o processo formativo e servir de lastro ao nosso exercício profissional.

A partir da nossa vivência em sala de aula, dos diálogos mantidos com alunos, orientandos e estagiários, procuramos refletir sobre e compartilhar inquietudes, desconfortos e desafiar possíveis leitoras(es) a enfrentarem alguns temas que têm produzido tensionamentos entre as(os) pesquisadoras(es) do Serviço Social. Muito mais que respostas ou verdades pretensamente absolutas, arriscamo-nos a ousar, cientes de que talvez cometamos alguns erros, mas que certamente nos conduzirão a prováveis acertos e, principalmente, impedirão que continuemos reproduzindo um discurso monocórdio e indolente, distante da realidade dos alunos e usuários de políticas e serviços sociais nos quais atuamos, isto é, alheios ao capitalismo patriarcal, racista, classista que obstaculiza possibilidades e oportunidades iguais para os indivíduos, e ferozmente alimenta uma sociedade insana e desigual, em que liberdade e autonomia tornam-se discursos vazios esmagados sob o peso de ideias extremistas, defensoras da eugenia e do separatismo. Enfim, este texto é desabafo, denúncia, expressa apreensão, ao mesmo tempo em que se recusa a perder a esperança de que as profissionais busquem se conectar com alunos, mulheres e homens com os quais interagem e juntos possamos pensar e consolidar um Serviço Social que contribua efetivamente para o acesso aos seus direitos civis, políticos e sociais.

Para encerrar, reiteramos o pensamento de Hooks (2013), é imprescindível exercitarmos o reconhecimento mútuo, se de fato pretendemos realizar uma prática pedagógica feminista que enseje o debate sobre a luta contra todas as opressões, em especial, aquelas que se ocultam sob as formas hegemônicas de construir e transmitir saberes.

Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes

Josimara Aparecida Delgado Baour
Márcia Santana Tavares
Caroline Ramos do Carmo



Referências

- ABREU, M. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(3), 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/54237/37914>>. Acesso em: 22 maio 2021.
- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.
- ALVAREZ, S. et. al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), p. 541-575, jul./dez. 2003.
- ARANTES, P. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. B. de. *Tempos e memórias: Movimento feminista no Brasil*. Brasília: SPM, 2010.
- BAREUTHER, J. O androcentrismo da razão dominadora da natureza. EXIT! *Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, n. 12, nov. 2014. Horlemann Verlag, Lindenallee: Euro Editora. Tradução: Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/johannes_bareuther1.htm#:~:text=Johannes%20Bareuther%20%2D%20O%20ANDROCENTRISMO%20DA,DOMINADORA%20DA%20NATUREZA%20\(1%C2%AA%20PARTE\)&text=A%20cr%C3%ADtica%20do%20valor%20e,reivindicou%2C%20sim%2C%20verdade](http://www.obeco-online.org/johannes_bareuther1.htm#:~:text=Johannes%20Bareuther%20%2D%20O%20ANDROCENTRISMO%20DA,DOMINADORA%20DA%20NATUREZA%20(1%C2%AA%20PARTE)&text=A%20cr%C3%ADtica%20do%20valor%20e,reivindicou%2C%20sim%2C%20verdade)>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BILGE, S. A interseccionalidade desfeita. *Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, set./dez. 2018.
- BORGES, R. A cena do mundo se organiza pela função do olhar: as estratégias do capitalismo sobre as formas de comunicação e expressão. *Revista Eptic*, v. 20, n. 2, maio/jun. 2018.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 11-42, 1998.

CARNEIRO, S. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS. P. H. *Pensamento feminista negro; conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural*, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, p. 197-207, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>>. Acesso em: 22 maio 2021.

CURIEL, O. *Rumo à construção de um feminismo descolonizado*. Guatemala: 2011. Disponível em: <<https://mujeresixchel.wordpress.com/2011/10/12/hacia-la-construccion-de-un-feminismodescolonizado/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS. A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, M. Lukács - apontamentos críticos acerca do racismo. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, p. 323-341, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p323-341>>. Acesso em: 20 maio 2021.

FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (org.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. *SOS Corpo*, Recife, 2014.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Outubro*, n. 26, jul. 2016.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino. *Caderno de formação política do círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-21, 2011.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016.

GURGEL, T. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.

HENRIQUES, C. da S. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. *Universidade e Sociedade*, Andes-SN, jun. 2016.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bontempo, 2009.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir; a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACHADO, M. F.; COSTA, M. R. Mulheres, raça e classe de Angela Davis. Resenha. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, p. 323-341, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p323-341>>. Acesso em: 21 maio 2021.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social; uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas/Clacso-Unesco, 2000. p. 116-142.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, J. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. *Feminismo e movimento de mulheres. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia*, Recife, 2010.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. *In*: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (org.). *Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 33-54.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

Notas

1 Ao longo da década de 1980 foram realizados encontros e formados coletivos políticos em vários estados, que contribuíram para a visibilização dos impactos peculiares do racismo sobre as vidas das mulheres, em que intelectuais negras como Lélia Gonzalez (1945-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995) desempenharam um importante papel, conforme enfatizam Bandeira e Melo (2010) ao ensaiarem um registro histórico do movimento feminista no Brasil. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em novembro de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).